



Plano Municipal de Educação (2026-2036): Uma Construção Participativa

**Conferência Municipal de Educação
7 e 8/11**

Avaliação do Plano Municipal de Educação (2016-2026)

RELATÓRIO DE EIXOS TEMÁTICOS DAS PRÉ-CONFÊNCIAS REGIONAIS

Prezados(as) Conferencistas,

Apresentamos o Consolidado das discussões realizadas nas Pré-Conferências Municipais de Educação.

Este documento é a materialização de um amplo e democrático processo de debates, que reuniu diversos segmentos da sociedade para construir coletivamente os rumos da nossa educação.

O Consolidado é uma síntese organizada das principais temáticas, propostas e demandas levantadas. Ele servirá como instrumento para as deliberações desta XI Conferência Municipal de Educação de Belo Horizonte e para a futura formulação de políticas educacionais.

É fundamental ressaltar que, embora se trate de uma síntese, prezamos pela transparência e integralidade do processo: todos os registros originais das discussões estão devidamente arquivados e mantidos na sua integralidade para consultas e aprofundamento.

Convidamos todos à leitura atenta deste material.

EIXO I – EDUCAÇÃO INFANTIL

A) AVALIAÇÃO DAS METAS DO PME (2016–2026)

1. ACESSO E VAGAS

Ampliação da oferta:

- Ampliar a oferta de vagas na Educação Infantil (0 a 5 anos) na rede própria e parceira.

Universalização:

- Atendimento universal garantido para crianças de 4 e 5 anos. Para crianças de 0 a 3 anos, o município atingiu 61,5% de atendimento, superando a meta, mas sem alcançar a universalização.

Infraestrutura para expansão:

- Construção e ampliação de novas EMElS/creches em territórios com maior déficit de vagas.

Crítérios de acesso:

- Avanço nos critérios de vagas na rede própria, eliminando sorteios.

Integralização:

- Ampliação do atendimento em tempo integral, principalmente para crianças da rede parceira.

2. QUALIDADE DO ATENDIMENTO E INFRAESTRUTURA

Espaços físicos:

- Construção de espaços qualificados para atendimento em tempo integral e para o Programa Escola Integrada.
- Melhoria e adequação dos espaços físicos existentes, garantindo parâmetros de qualidade.
- Uso de espaços da comunidade (por exemplo, hortas comunitárias) para enriquecer as experiências das crianças.

Recursos materiais:

- Aquisição de materiais pedagógicos de qualidade, mobiliário adequado e tecnologias.

Currículo e práticas pedagógicas:

- Garantir currículo abrangente que inclua diversidade cultural, musicalização, dança, teatro, esportes e Libras.

- Assegurar a importância do brincar como eixo estruturante.
- Implementar práticas de educação ambiental com agente local.

3. GESTÃO E FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL

Rede própria vs. parceira:

- Priorizar atendimento e investimento na rede própria de ensino.

Agilidade processual:

- Aprovação mais ágil de obras para creches conveniadas.

Transparência:

- Rever portarias da SMED que não são discutidas com o Conselho Municipal de Educação ou que contrariem suas resoluções.

Busca ativa:

- Garantir profissional para executar a busca ativa de forma consistente, levantando demanda e informando as famílias sobre o direito à Educação Infantil.

4. VALORIZAÇÃO E FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS

Quadro de pessoal:

- Reestruturar o quadro de professores, garantindo o cálculo de 2,33 docentes por turma e regência compartilhada.
- Assegurar concursos periódicos e presença de professores concursados na rede própria.
- Garantir auxiliares de turma para todas as faixas etárias, com atenção especial às turmas de 3 anos.

Condições de trabalho:

- Rever quadros quantitativos para reduzir casos de adoecimento.

Formação:

- Valorizar a formação docente, garantindo formação específica e continuada na área da infância, inclusive sobre a importância do brincar e sobre Libras.

5. EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Capacitação de apoio:

- Exigir e proporcionar formação para auxiliares de inclusão.

Professores de Libras:

- Incluir professores de Libras em todos os níveis da educação.

Estrutura bilíngue:

- Criar escola bilíngue para surdos que contemple Educação Infantil ao Ensino Médio, garantindo Libras como primeira língua; implementar cursos de graduação bilíngue e formação de tradutores/intérpretes de Libras.

Multiprofissionais:

- Incluir assistente social, psicólogo e fonoaudiólogo na rede própria e em creches parceiras.

Materiais acessíveis:

- Adaptação de materiais com recursos multimídia (por exemplo, QR Code com vídeos em Libras).

6. INTERSETORIALIDADE E SAÚDE

Equipes de referência:

- Garantir equipe de referência da saúde (médico, enfermeiro, dentista) para as EMElS por regional.

Ampliação do atendimento:

- Ampliar atuação de multiprofissionais dos postos de saúde no entorno das instituições.

Apoio psicológico e social:

- Avaliação positiva da implementação de psicólogos e assistentes sociais nas escolas (Programa PAS).

7. PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA E COMUNIDADE

Escola de Pais:

- Realizar reuniões e encontros para firmar a importância da relação família-escola.

Responsabilidade familiar:

- Reforçar a responsabilidade dos pais quanto à presença e permanência das crianças na escola.

Ouvitoria:

- Ouvir crianças e a comunidade para que opinem sobre melhorias nas instituições.

B) APRESENTAÇÃO DOS OBJETIVOS, METAS E ESTRATÉGIAS DO NOVO PNE (2024–2034)

1. EXPANSÃO E ACESSO

Universalização:

- Garantir atendimento de 100% da demanda para crianças de 0 a 5 anos.

Infraestrutura:

- Construir novas EMElS e reestruturar unidades existentes, com repasses federais/estaduais para aquisição de equipamentos, mobiliário e materiais pedagógicos.

Busca ativa:

- Contratar psicólogos e assistentes sociais para fortalecer a busca ativa e a intersetorialidade.

Divulgação:

- Realizar campanhas para valorizar a Educação Infantil e informar sobre o direito à vaga. -

Cadastro escolar:

- Rever critérios do cadastro (por exemplo, tempo de matrícula para gestantes).

2. QUALIDADE E EQUIDADE

Padrões de qualidade:

- Implementar padrões que abarquem infraestrutura, recursos pedagógicos, acessibilidade, gestão e os eixos de interações e brincadeiras.

Recursos humanos:

- Rever e ampliar o quantitativo de profissionais, garantindo um auxiliar de turma para crianças de 3 anos e um professor adicional a cada seis turmas.
- Reestruturar o quadro para assegurar 2,33 docentes por turma com regência compartilhada na rede própria.
- Realizar concursos públicos periódicos para magistério, psicólogos, assistentes sociais e profissionais de apoio.

Formação unificada:

- Oferecer formações continuadas unificadas para profissionais das redes própria e parceira.

Equidade de recursos:

- Garantir tratamento equitativo entre redes, priorizando investimento na rede pública.

3. ATENDIMENTO INTEGRAL E INCLUSIVO

Educação bilíngue (Libras):

- Oferecer atendimento bilíngue desde a Educação Infantil, com professor de AEE bilíngue, professor surdo e criação do cargo de professor bilíngue; adaptar materiais (QR Code, etc.) e promover formação de professores ouvintes por profissionais surdos.

Tempo integral:

- Ampliar oferta de tempo integral, garantindo transporte acessível e opção de período parcial conforme interesse da família.

Acessibilidade:

- Garantir recursos de acessibilidade e seguir o desenho universal.

4. GESTÃO E AVALIAÇÃO

Avaliação processual:

- Implementar avaliação da Educação Infantil com foco pedagógico, incluindo participação dos professores na construção dos instrumentos.

Monitoramento:

- Acompanhar frequência escolar, especialmente de 0 a 3 anos, e conscientizar famílias sobre sua importância.

Transição escolar:

- Garantir processos de transição entre instituições e para o Ensino Fundamental, incluindo escuta das crianças.

Turmas:

- Eliminar turmas multietapas (Educação Infantil com Ensino Fundamental) e turmas de agrupamento flexível quando inadequadas.

5. VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL

Benefícios:

- Instituir pacote de benefícios (vale-refeição, convênio médico) para profissionais da rede parceira.

Reconhecimento:

- Reconhecer os profissionais da rede parceira conforme a CBO para garantia de direitos trabalhistas e previdenciários.

Plano de carreira:

- Assegurar inclusão de todos os profissionais nos planos de carreira do município.

EIXO II – ACESSO, TRAJETÓRIA, APRENDIZAGEM E CONCLUSÃO NO ENSINO

A) AVALIAÇÃO DAS METAS DO PME (2016–2026)

1. ACESSO, FREQUÊNCIA E CONCLUSÃO

Ensino Fundamental (6 a 14 anos):

- Acesso praticamente universalizado (99,8%).
- O percentual de conclusão ainda não reflete a qualidade da aprendizagem.
- Necessidade de fortalecer programas de recomposição de aprendizagens.

Ensino Médio (15 a 17 anos):

- Taxas de acesso, trajetória e conclusão abaixo do esperado.
- Necessidade de uma política pública específica para a adolescência.

Frequência e Permanência:

- Desafios relacionados à infrequência grave e ao abandono escolar.
- Maior infrequência entre mulheres pretas e pardas, exigindo políticas afirmativas.

Fatores determinantes:

- condições médicas, financeiras, racismo e bullying.

Estratégia:

- fortalecer a intersetorialidade (educação, saúde e assistência social) e a busca ativa.

2. ALFABETIZAÇÃO E APRENDIZAGEM

Situação Atual:

- Meta de alfabetização não alcançada.
- A retenção apenas no 3º ano é inadequada; o PNA recomenda que o processo se conclua até o 2º ano.
- Muitos estudantes terminam o Ensino Fundamental com baixa proficiência em leitura, escrita e raciocínio lógico-matemático.

Problemas Identificados:

- Carência de professores alfabetizadores devido a aposen-

tadorias e ingresso de novos profissionais sem domínio do processo.

- Impactos negativos da aprovação automática sem consolidação das habilidades.
- Deficiência na leitura que compromete o desempenho em todas as áreas do conhecimento.

Soluções Propostas:

- Investir fortemente na alfabetização.
- Oferecer formação continuada e abrangente aos professores.
- Reduzir o número de estudantes por turma.
- Garantir que o reforço escolar seja ministrado por docentes da rede.
- Repensar o tempo escolar (educação em tempo integral) para fortalecer a alfabetização.

3. QUALIDADE E INFRAESTRUTURA

Proficiência e IDEB:

- As notas do SAEB/IDEB decrescem ao longo da trajetória escolar (Anos Iniciais > Finais).
- Percentual de estudantes no nível recomendado abaixo do esperado, com disparidade entre Língua Portuguesa e Matemática.
- Urgência em investir no ensino de Matemática (formação docente, educação financeira, materiais didáticos).

Infraestrutura Escolar:

- Investir em laboratórios de ciências, especialmente nos Anos Iniciais.
- Garantir banheiros acessíveis (PCD) em 100% das escolas.
- Ampliar o acesso à internet para todos os estudantes.

4. GESTÃO E FORTALECIMENTO PEDAGÓGICO

Transições Escolares:

- Fortalecer a transição entre etapas (Educação Infantil > 1º ano; Anos Iniciais > Finais; 9º ano > Ensino Médio) para evitar queda no desempenho.

Formação Docente:

- Promover formação em metodologias e didática, com foco

no desenvolvimento integral do estudante e na gestão democrática.

- Garantir condições para participação efetiva em formações continuadas.

Tecnologia e Engajamento:

- Ampliar o uso pedagógico de tecnologias e metodologias ativas para engajar os estudantes.

5. INCLUSÃO E EQUIDADE

Educação Inclusiva:

- Valorizar escolas e turmas bilíngues para surdos, respeitando a Libras como primeira língua e o português como segunda.

Políticas Afirmativas:

- Criar diretoria específica para políticas afirmativas e acolhimento de estudantes imigrantes.
- Fortalecer a atuação de psicólogos e assistentes sociais (Programa PAS) no combate ao bullying e à violência.
- Analisar e combater distorções educacionais ligadas a raça, cor, gênero e vulnerabilidade social, mais acentuadas em determinadas regiões.

B) OBJETIVOS, METAS E ESTRATÉGIAS DO NOVO PNE (2024–2034)

1. ALFABETIZAÇÃO

Meta Principal:

- Garantir a alfabetização de todas as crianças, em todas as modalidades, até o final do 2o ano do Ensino Fundamental, conforme o PNE.

Ações Estratégicas:

- Iniciar o processo de alfabetização na Educação Infantil.
- Incluir o 1o ano no Projeto de Intervenção Pedagógica.
- Investir em formação continuada e específica para alfabetizadores, incluindo práticas do PNAIC, neurociência e literatura infantil.
- Inserir disciplinas de alfabetização nos cursos de licenciatura.
- Priorizar licenças para participação em formações.

- Valorizar professores alfabetizadores por meio de reconhecimento profissional desvinculado de resultados em avaliações externas.

Apoio e Infraestrutura:

- Garantir recursos humanos adequados e combater o absentismo docente.
- Conceder abono de permanência a professores que atuem em áreas vulneráveis.
- Reduzir o número de estudantes por turma.

2. ACESSO, PERMANÊNCIA E CONCLUSÃO

Metas:

- Universalizar o acesso de crianças e jovens de 6 a 17 anos.
- Garantir conclusão na idade adequada — metas: 95% no Ensino Fundamental e 85% no Ensino Médio.

Estratégias:

- Ampliar o acompanhamento pedagógico individualizado.
- Desenvolver projetos de transição entre ciclos (Educação Infantil > 1º ano; Anos Iniciais > Finais).
- Criar ações de engajamento para estudantes dos Anos Finais.
- Reforçar a articulação intersetorial (saúde e assistência social) e o Programa PAS.
- Realizar busca ativa para combater infrequência e abandono.
- Envolver as famílias no acompanhamento da vida escolar.

3. APRENDIZAGEM E QUALIDADE DO ENSINO

Metas de Proficiência:

- Assegurar aprendizagem adequada ao final de cada etapa (Anos Iniciais, Finais e Ensino Médio), reduzindo desigualdades.

Fortalecimento Pedagógico:

- Elaborar currículo próprio e revisar a política de alfabetização da rede municipal.
- Formar professores para alfabetização matemática e produção textual.
- Repensar metodologias e organização da sala de aula.

- Implementar a educação socioemocional e estimular a autonomia e o protagonismo estudantil.
- Garantir carga horária regular de Matemática ao longo da semana.
- Reavaliar políticas de não-retenção e reclassificação de alunos com baixo desempenho.

4. GESTÃO, VALORIZAÇÃO E INFRAESTRUTURA

Valorização dos Profissionais:

- Garantir substituição imediata de professores e ampliar o quadro concursado (professores, psicólogos e assistentes sociais).
- Promover ações voltadas à saúde mental e vocal dos profissionais.

Autonomia e Recursos:

- Conceder maior autonomia às escolas para elaboração de projetos e aquisição de recursos, com menos burocracia.
- Consolidar uma política municipal de educação com continuidade técnica e administrativa.

Apoio ao Estudante:

- Criar núcleos regionais de apoio com equipes de saúde e educação.
- Adequar cardápios escolares ao território, público e horário.
- Cuidar da saúde mental de estudantes e profissionais com apoio intersetorial.
- Evitar a patologização de dificuldades de aprendizagem.

EIXO III – EDUCAÇÃO INTEGRAL E CIDADANIA DIGITAL

A) AVALIAÇÃO DAS METAS DO PME (2016–2026)

1. EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL E PROGRAMA ESCOLA INTEGRADA (PEI)

- É essencial diferenciar "educação integral", que visa à formação completa do sujeito, da simples ampliação do tempo de permanência na escola ("tempo integral").
- A meta de ofertar educação em tempo integral em 50% das escolas foi alcançada, porém a qualidade do atendimento permanece insuficiente.
- Nos Anos Finais e no Ensino Médio, observa-se estagnação e baixa adesão dos estudantes, devido à oferta de oficinas pouco atrativas e descontextualizadas das suas realidades e interesses.
- Há baixo investimento em atividades que promovam o protagonismo juvenil e o ensino profissionalizante.

2. INFRAESTRUTURA E CONDIÇÕES FÍSICAS

- As estruturas escolares são precárias e insuficientes para garantir atendimento de qualidade, com problemas de ventilação, salas inadequadas e banheiros pouco confortáveis para o contraturno.
- É necessária a construção de novos espaços ou a otimização dos existentes para atender à demanda da educação integral.
- As condições inadequadas impactam negativamente o rendimento, levando estudantes ao turno regular cansados e desmotivados.

3. RECURSOS HUMANOS E VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL

- Falta valorização, formação continuada e incentivo financeiro para educadores e monitores do PEI.
- Há resistência de alguns professores da escola regular em

relação ao programa.

- A política de dedicação docente à jornada de tempo integral não foi implementada, sendo necessários incentivos financeiros e formação adequada.

4. CURRÍCULO, OFICINAS E FORMAÇÃO

- As oficinas muitas vezes não dialogam com a realidade e os interesses dos estudantes, sobretudo dos mais velhos.
- O currículo da educação integral deve ser repensado e ampliado, integrando efetivamente temas transversais como educação ambiental, direitos humanos e relações étnico-raciais, evitando tratá-los como disciplinas isoladas.
- Monitores e professores precisam de formação específica e qualificada para atuar na educação integral.

5. RECURSOS MATERIAIS E INVESTIMENTOS

- Houve queda de investimentos no PEI, afetando materiais, passeios e a atratividade do programa.
- A alimentação fornecida é insuficiente para os dois turnos, sendo necessária melhor organização de horários e cardápios.
- É preciso garantir condições materiais adequadas às atividades, inspirando-se em programas exitosos anteriores, como o "Programa Segundo Tempo".

6. GESTÃO, ARTICULAÇÃO E PARTICIPAÇÃO

- É necessário conceder maior autonomia financeira e pedagógica às escolas para decisões sobre rotina e projetos.
- A articulação intersetorial deve ser fortalecida, com integração entre secretarias (esporte, cultura, etc.) para o desenvolvimento pleno das atividades.
- As famílias devem assumir papel mais ativo, comprometendo-se com pontualidade e participação.
- A descontinuidade de programas como "Segundo Tempo" e "Saúde na Escola" prejudicou o atendimento.

7. CONECTIVIDADE E TECNOLOGIA DIGITAL

- Embora a meta de internet em 100% das escolas tenha sido atingida, a conectividade é precária e os equipamentos estão defasados.
- Os laboratórios de informática são frágeis, especialmente na rede privada.
- É necessário disponibilizar material didático digital, plataformas e softwares livres, alinhados à formação dos professores.

B) OBJETIVOS, METAS E ESTRATÉGIAS DO NOVO PNE (2024–2034)

1. EXPANSÃO E INFRAESTRUTURA DA EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL

- Ampliar a oferta de Educação em Tempo Integral para 55% das escolas públicas, atendendo pelo menos 40% dos estudantes da educação básica.
- Garantir infraestrutura adequada, com salas amplas, espaços de descanso, vestiários, refeitórios, auditórios, quadras poliesportivas, laboratórios e banheiros.
- Construir CAEIs (Centros de Atenção em Educação Integral) e adequar os espaços existentes, com acompanhamento técnico e respeito à relação espaço/aluno.
- Assegurar acessibilidade universal em todos os ambientes escolares.

2. RECURSOS HUMANOS E VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL

- Promover concursos para professores com jornada de 40 horas semanais.
- Garantir que o tempo integral conte com professores concursados e monitores especializados em arte, cultura, esporte, tecnologia e outras áreas.
- Criar plano de carreira com valorização salarial e financeira para monitores.
- Oferecer incentivos financeiros para dedicação docente à jornada de tempo integral.
- Incluir os Professores Coordenadores (PC) do PEI na equipe

gestora das escolas.

- Fortalecer a formação inicial e continuada de professores e monitores, assegurando substituição durante o período de formação.

3. GESTÃO PEDAGÓGICA E CURRICULAR

- Desenvolver documentos curriculares multidisciplinares e intersetoriais que assegurem os direitos de aprendizagem e o desenvolvimento pleno dos estudantes.
- Promover integração entre o tempo regular e o tempo integral, na perspectiva da formação integral.
- Garantir a aplicação da BNCC – Computação.
- Tornar o ensino integral mais atrativo para os Anos Finais, com oficinas diversificadas (psicodrama, robótica, educação financeira, projetos de vida etc.).
- Implementar a política "Escola das Adolescências" do MEC.
- Desenvolver projetos efetivos de educação ambiental, direitos humanos, relações étnico-raciais e educação antirracista.

4. RECURSOS MATERIAIS E FINANCEIROS

- Destinar verba específica e suficiente para o Programa Escola Integrada (PEI).
- Investir em materiais pedagógicos e equipamentos adequados às oficinas.
- Criar políticas de assistência financeira para estudantes em vulnerabilidade socioeconômica matriculados em tempo integral.
- Ampliar a autonomia pedagógica e financeira das escolas, conforme as realidades locais.

5. TECNOLOGIA E CONECTIVIDADE

- Assegurar internet de alta velocidade em 100% das escolas e espaços do PEI, com suporte técnico e manutenção constante.
- Atualizar equipamentos tecnológicos e garantir acesso a todos os estudantes e profissionais.

- Promover educação digital voltada ao uso crítico, reflexivo e ético das tecnologias.
- Garantir que todos os estudantes atinjam o nível esperado de aprendizagem digital.
- Incluir letramento digital e conceitos de inteligência artificial nos projetos político-pedagógicos.
- Estimular o desenvolvimento e uso de tecnologias educacionais abertas.
- Oferecer formação para professores e monitores no uso pedagógico das tecnologias.
- Garantir presença de profissionais especialistas em Tecnologias Educacionais.

6. ARTICULAÇÃO, PROTAGONISMO E PROGRAMAS

- Promover momentos formativos para que a comunidade escolar compreenda o conceito e a prática da educação integral.
- Criar instâncias de participação estudantil para formulação e implementação de políticas públicas.
- Reativar o programa "Aulas Passeio" com verba específica e retomar iniciativas bem-sucedidas anteriores à pandemia.

EIXO IV – EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A) AVALIAÇÃO DAS METAS DO PME (2016–2026)

1. EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

Gestão e Monitoramento:

- Utilizar os Núcleos de Estudos das Relações Étnico-Raciais (NERERs) como eixo central para articular escolas, creches e a instância central.

Formação:

- Garantir formação continuada para professores, gestores e comunidade escolar na implementação da Política Nacional de Educação Escolar Quilombola (PNEERQ) e no combate ao racismo.

Materiais Pedagógicos:

- Investir na distribuição de acervos e kits de literatura afro-brasileira, africana e indígena para enriquecer bibliotecas e combater a invisibilidade.

Gestão de Conflitos:

- Implementar práticas pedagógicas de mediação de casos de racismo e discriminação, com envolvimento das famílias, transformando conflitos em aprendizado.

Análise de Dados:

- Realizar análise de dados desagregados por raça/cor para direcionar recursos e intervenções onde as desigualdades são mais acentuadas.

Propostas para o PME:

- Revisar documentos escolares para incorporar protocolos de combate ao racismo e às violências, incluindo as ocorridas no ambiente virtual.
- Garantir recurso anual dedicado ao financiamento de projetos que promovam a cultura e o protagonismo negro e indígena.
- Estabelecer revisão periódica (a cada 2–3 anos) dos materiais curriculares, com participação dos NERERs, para eliminar vieses eurocêntricos e racistas.
- Publicar anualmente um Relatório de Equidade com comparação de desempenho e acesso a recursos entre diferentes grupos étnico-raciais.

2. EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA

Atendimento Educacional Especializado (AEE):

- Ampliar o serviço de AEE e os serviços especializados na rede intersetorial.
- Reforçar a importância do AEE de forma colaborativa com o professor regente.
- Garantir o atendimento a todos os perfis a partir da avaliação biopsicossocial, incluindo alunos com TDAH e menores de 3 anos, estendendo-o "ao longo da vida".

Profissionais e Formação:

- Tornar obrigatória a especialização na área de inclusão para atuação na rede municipal.
- Valorizar e qualificar os auxiliares de apoio ao educando, revisando a forma de contratação e permitindo sua qualificação pela Secretaria de Educação.
- Garantir dois professores de AEE por turno.

Acessibilidade e Recursos:

- Garantir que as avaliações externas contemplem acessibilidade e as necessidades dos estudantes com deficiência, transtornos e altas habilidades.
- Atualizar o SGE (Sistema de Gestão Escolar) com informações sobre as demandas específicas de acessibilidade.
- Assegurar acessibilidade em excursões e atividades externas.

3. EDUCAÇÃO BILÍNGUE DE SURDOS

Implementação:

- Universalizar o atendimento a todos os estudantes surdos a partir de 0 ano, com profissionais concursados (professores surdos, bilíngues e guia-intérprete para surdocegos).

Formação e Materiais:

- Oferecer cursos de especialização em educação bilíngue e ampliar bibliotecas com materiais bilíngues (Libras e Português) e Literatura Surda.
- Avaliação: Elaborar avaliações educacionais considerando acessibilidade linguística, cultural e visual, com instrumentos em Libras e português escrito.

4. ACESSIBILIDADE E INFRAESTRUTURA

Deficiência Visual:

- Garantir acervos literários em braile, fontes ampliadas e formatos digitais acessíveis (EPUB, PDF, audiolivros).
- Fornecer material pedagógico específico (máquina Perkins, lupas eletrônicas, jogos).
- Assegurar a remoção de barreiras arquitetônicas, como instalação de piso tátil.
- Manter o Centro de Apoio Pedagógico a Deficientes Visuais (CAP DV) com profissionais qualificados.

Comunicação:

- Garantir comunicação acessível com as famílias, incluindo formatos em braile.

5. MODALIDADES DE ENSINO E PÚBLICOS ESPECÍFICOS

- Educação Escolar Indígena e Quilombola: A rede municipal não oferece essas modalidades, mas segue diretrizes da educação quilombola e atende os estudantes no ensino regular.

Estudantes Imigrantes:

- A educação de estudantes imigrantes não está contemplada no objetivo específico, evidenciando lacuna na política educacional.

6. GESTÃO E MONITORAMENTO

Sistemas de Informação:

- Consolidar os dados dos estudantes no SGE e CAT (Cadastro de Atendimento) para monitoramento e formulação de políticas públicas.

Efetividade das Práticas:

- Implementar monitoramento da efetividade das práticas pedagógicas nas escolas.

Protagonismo das Escolas:

- As escolas devem demandar formações à SMED conforme suas necessidades, e a secretaria deve criar cronogramas anuais de formação antecipando demandas.

B) APRESENTAÇÃO DOS OBJETIVOS, METAS E ESTRATÉGIAS DO NOVO PNE (2024–2034)

1. EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

Gestão com Foco em Equidade:

- Criar estratégias específicas no PME para reduzir defasagem de aprendizagem e evasão, com indicadores desagregados por raça/cor.
- Publicizar dados de monitoramento com recortes de gênero, raça e nacionalidade.

Combate ao Racismo e Discriminação:

- Revisar documentos das escolas e creches para incorporar protocolos de enfrentamento ao racismo, discriminação, xenofobia e violências, inclusive virtuais.
- Construir protocolo específico para casos de racismo religioso.
- Monitorar e responsabilizar gestores e professores na implementação das Leis 10.639/03 e 11.645/08.

Protagonismo e Cultura:

- Garantir recurso anual para financiar projetos que promovam cultura e protagonismo negro, indígena e migrante.

Revisão Curricular e de Materiais:

- Instituir ciclo de revisão periódica (a cada 2–3 anos) das Proposições Curriculares e materiais didáticos, com participação dos NERERs.
- Garantir verba permanente para aquisição de materiais sobre a temática étnico-racial.

2. EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA

Atendimento Educacional Especializado (AEE):

- Ampliar o número de professores de AEE.
- Universalizar o AEE, criando salas de recursos multifuncionais em todas as escolas.
- Incluir na estratégia 9.4 os cargos de Professor de Educação Especial e Bilíngue.

Profissionais de Apoio:

- Alterar a forma de contratação do auxiliar de apoio ao educando, transformando-o em cargo docente.

- Criar formação específica, em parceria com a SMED, para auxiliares de apoio à inclusão.
- Qualificar todos os profissionais que atuam com estudantes com deficiência (gestores, professores e equipe PAS).

Infraestrutura e Recursos:

- Garantir estrutura física e material adequada nas salas de recursos.
- Reduzir o número de alunos por turma para efetivar a inclusão.
- Agilizar liberação de verbas para aquisição de materiais definidos.

Acessibilidade e Suporte:

- Na estratégia 9.7, garantir recursos de acessibilidade necessários à participação plena.
- Fortalecer a parceria entre escola, família e saúde.

3. EDUCAÇÃO BILÍNGUE DE SURDOS

Oferta e Estrutura:

- Garantir acesso, permanência e conclusão escolar da comunidade surda desde a primeira infância.
- Criar escola bilíngue e ampliar turmas bilíngues contemplando as nove regionais.
- Incluir na Meta 9.d a proposta de sala de educação bilíngue.

Profissionais:

- Incluir na estratégia 9.4 os serviços de instrutor e intérprete de Libras.
- Promover capacitação em Libras, de forma remota, para todos os professores da RME-BH.
- Diretoria Especializada: Criar Diretoria de Políticas de Educação Bilíngue de Surdos.

4. PLURALIDADES EDUCACIONAIS

Estudantes Migrantes:

- Capacitar um professor por regional para atuar como polo de ensino de Português como língua de acolhimento.
- Valorizar o uso da língua materna do estudante migrante para criar ambiente plurilíngue e intercultural.
- Escolas não Indígenas e não Quilombolas: Ampliar estraté-

gias de educação étnico-racial também para escolas que atendem estudantes indígenas e quilombolas.

5. GESTÃO E FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL

Formação e Núcleos:

- Criar núcleos regionais de formação para educação inclusiva (Estratégia 9.8).
- Fortalecer redes de serviço de suporte (Estratégias 9.11, 9.15, 9.17).

Continuidade de Programas:

- Garantir continuidade do projeto PAS (Psicólogos e Assistentes Sociais) como política pública.
- Proteção de Dados: Criar estratégias para guarda e preservação da confidencialidade dos relatórios multiprofissionais dos estudantes.

EIXO V – EJA e EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

A) AVALIAÇÃO DAS METAS DO PME (2016–2026)

1. DIAGNÓSTICO E CONTEXTO ATUAL

Baixa Escolaridade:

- Cerca de 45 mil jovens e adultos em Belo Horizonte não são alfabetizados (dados de 2022), com números alarmantes na região de Venda Nova.

Queda nas Matrículas:

- Houve acentuada queda nas matrículas da EJA nos últimos dez anos, contrastando com o aumento da taxa de alfabetização, possivelmente influenciada pelo falecimento da geração mais idosa não alfabetizada.

Desigualdade Racial:

- Apesar do aumento da escolaridade média, persiste a desigualdade entre negros e não negros, indicando que a meta de equidade racial não foi atingida.

Retrocesso:

- O ano de 2019 marcou retrocesso no alcance dos objetivos da EJA e no financiamento da educação.

2. METAS E DESEMPENHO

Meta 8 (Elevação da Escolaridade Média):

- Insuficiente. A meta de 12 anos de estudo para a população de 18 a 29 anos é inatingível para quem tem grande defasagem, pois exigiria até sete anos de estudo. Recomenda-se substituir “mais pobres” por “mais empobrecidos”.

Meta 9 (Alfabetização de Jovens e Adultos):

- A taxa de 98,6% (2024) foi alcançada, mas não representa a erradicação do analfabetismo. Sugere-se substituir “erradicar” por “superar o número de pessoas não alfabetizadas”. Faltam dados e mecanismos de monitoramento do analfabetismo funcional.

Meta 10 (EJA Integrada à Educação Profissional):

- A meta de 25% de oferta integrada não foi alcançada. Ape-

sar de parcerias existentes, há baixa adesão dos estudantes. Faltam dados absolutos de matrículas da EJA do Ensino Médio.

Meta 11 (Educação Profissional):

- A meta não foi alcançada.

3. PROBLEMAS E DESAFIOS IDENTIFICADOS

Encaminhamento Inadequado:

- Estudantes com dificuldades de aprendizagem são encaminhados diretamente para a EJA, sem recomposição prévia.

Aprovação Automática:

- Contribui para lacunas de aprendizagem, especialmente no 3o ciclo do Ensino Fundamental, refletindo-se depois na EJA.

Fragilidade no Acompanhamento:

- Falta de acompanhamento familiar de adolescentes e fragilidade da rede de apoio.

Falta de Professores Específicos:

- Ausência de docentes específicos para a EJA no período noturno, devido à redução de turmas e ao perfil diferenciado da função.

Cursos Desalinhados:

- Cursos profissionalizantes nem sempre condizem com o interesse dos estudantes, levando à evasão.

Dificuldades de Acesso e Permanência:

- Problemas com transporte e necessidade de maior oferta de turmas nos bairros, aproximando a EJA da comunidade.

4. PROPOSTAS E ESTRATÉGIAS

Incentivo Financeiro:

- Criar programa de renda (ex.: "Pé de Meia Municipal") vinculado à frequência mínima de 75% e ao aproveitamento mínimo de 60% na EJA e cursos de qualificação.

Busca Ativa e Divulgação:

- Realizar campanhas públicas e mapeamento de demanda para abertura de novas turmas.

Intersetorialidade:

- Fortalecer a rede intersetorial (educação, saúde e assistência social) para atendimento integral.

Formação Docente:

- Oferecer formação continuada para professores da EJA, com foco na alfabetização e especificidades da modalidade.

Currículo Prático e Atrativo:

- Desenvolver currículo prático e contextualizado, com estratégias de aprendizagem específicas.

Correção de Fluxo Estruturada:

- Tornar o programa EJA Esperançar uma política permanente, planejada e articulada com escolas e comunidades.

Fortalecimento da Identidade:

- Promover senso de pertencimento com ações como fornecimento de uniforme.

Diálogo Estado-Município:

- Estimular a continuidade dos estudos por meio de ações conjuntas.

Integração com Equipe PAS:

- Integrar a equipe PAS (Psicólogos e Assistentes Sociais) à ordenação pedagógica para apoio e orientação profissional.

B) OBJETIVOS, METAS E ESTRATÉGIAS DO NOVO PNE (2024–2034)

1. METAS GERAIS

Universalização da Alfabetização:

- Garantir alfabetização de todos os jovens, adultos e idosos, elevando a taxa da população com 15 anos ou mais para 98% até o final do Plano.

Expansão do Atendimento:

- Dobrar o atendimento na EJA para que, no mínimo, 99% da população de Belo Horizonte seja alfabetizada.

Equidade Racial:

- Reduzir a diferença de escolaridade entre negros e não negros até 2035.

2. ACESSO, DIVULGAÇÃO E EXPANSÃO DA OFERTA

Divulgação Efetiva:

- Ampliar a divulgação da EJA em mídias diversas e acessíveis.

Oferta Garantida e Gratuita:

- Assegurar a abertura de turmas em todas as modalidades e

turnos, independentemente do número de estudantes.

Regionalização e Horários:

- Oferecer EJA de forma regionalizada e em horários compatíveis com trabalhadores.

Oferta em Espaços Alternativos:

- Induzir a oferta em locais como igrejas, hospitais e associações.

Demanda Específica:

- Mapear e divulgar demandas por microrregiões.

3. GESTÃO, RECURSOS HUMANOS E INFRAESTRUTURA

Professores Habilitados:

- Garantir docentes habilitados e fomentar equipes especializadas.

Apoio Especializado:

- Assegurar intérpretes de LIBRAS e auxiliares de apoio conforme demanda.

Equipe Multidisciplinar:

- Ampliar a equipe PAS e garantir atendimento às turmas da EJA.

Recursos Financeiros:

- Criar recursos específicos, incluindo um PDDE EJA.

Infraestrutura e Segurança:

- Rever contratos terceirizados e qualificar porteiros para controle de acesso.

4. PERMANÊNCIA E APOIO AO ESTUDANTE

Bolsa EJA:

- Instituir política de auxílio financeiro vinculada à frequência e desempenho.

Apoio à Parentalidade:

- Criar política de apoio a estudantes com filhos, com acolhimento infantil durante o turno noturno.

Transporte Público:

- Oferecer tarifa social no ato da matrícula ou conforme necessidade.

Atividades Extracurriculares:

- Garantir acesso a atividades culturais e esportivas.

Acompanhamento Familiar:

- Criar mecanismos de acompanhamento familiar e comunitário.

5. CURRÍCULO, FORMAÇÃO E MATERIAIS PEDAGÓGICOS

Currículo e Formação Docente:

- Reformular o currículo e a formação docente com foco nas especificidades da EJA.

Materiais Específicos:

- Disponibilizar materiais diversificados e adequados à realidade do estudante adulto trabalhador.

Recomposição de Aprendizagem:

- Implementar programas de recomposição antes do encaminhamento para a EJA.

6. EDUCAÇÃO PROFISSIONAL INTEGRADA

Ampliação da Oferta:

- Ampliar matrículas em cursos profissionalizantes para atingir 25% de integração com a EJA.
- Incentivos: Criar programa de incentivo financeiro vinculado à frequência e desempenho.

Parcerias:

- Fortalecer parcerias institucionais e intermunicipais para diversificar cursos.

Oferta Diversificada:

- Criar meta de iniciação à qualificação profissional em parceria com a SMED.

EIXO VI – ENSINO SUPERIOR

A) AVALIAÇÃO DAS METAS DO PME (2016–2026)

1. PARTICIPAÇÃO E ADVERTÊNCIA

Falta de Quórum:

- O encontro foi marcado pela ausência total de representantes da comunidade, incluindo moradores e entidades estudantis.

Impacto nas Discussões:

- A falta de participação limitou severamente a pluralidade e a profundidade dos debates, impossibilitando a formulação de propostas significativas e representativas.

2. RESULTADO E ENCERRAMENTO

Impossibilidade de Deliberação:

- Diante da ausência de quórum representativo, não foi possível dar continuidade aos trabalhos de forma produtiva.

Conclusão:

- O relatório foi encerrado sem o registro de proposições ou diretrizes para o Ensino Superior no âmbito do Plano Municipal de Educação.

3. OBSERVAÇÃO CONTEXTUAL

Alcance da Meta:

- Registrou-se que Belo Horizonte alcançou a meta estabelecida para o ensino superior, embora ainda apresente percentuais considerados baixos.

B) APRESENTAÇÃO DOS OBJETIVOS, METAS E ESTRATÉGIAS DO NOVO PNE (2024–2034)

1. EXPANSÃO DO ACESSO E PERMANÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR

Ampliação de Matrículas:

- Aumentar o número de matrículas na graduação, com foco

na população negra.

Formas de Ingresso Alternativas:

- Criar formas de ingresso específicas que valorizem o conhecimento de educadores tradicionais.

Acompanhamento no Início da Carreira:

- Elaborar um plano consistente de acompanhamento e investimento durante o estágio probatório, revisando suas regras e as da progressão funcional.

2. VALORIZAÇÃO E CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

Concursos Públicos:

- Realizar concursos públicos com maior periodicidade.

Remuneração e Progressão:

- o Garantir a recomposição salarial anual de acordo com o piso salarial profissional.
- Assegurar o pagamento integral do Piso Nacional do Magistério para a carga horária completa (22h30) desde o primeiro nível da carreira.
- Corrigir monetariamente as perdas salariais acumuladas entre 2004 e 2022, incluindo-as no cálculo de aposentadorias e progressões.

Incentivos à Formação:

- Ampliar e reconhecer a formação continuada no plano de carreira.
- Oferecer licença remunerada para cursos de mestrado e doutorado, com acréscimo salarial de 10% para mestrado e 15% para doutorado.

Jornada de Trabalho e Autonomia:

- Garantir que os grupos escolares tenham autonomia para organizar a jornada extraclasse (sete horas semanais), excluindo o tempo destinado a estudos e planejamento.
- Autorizar o acréscimo de até 16 aulas semanais para professores efetivos que assumirem aulas de extensão, conforme a legislação.

Condições de Permanência:

- Instituir formas de organização escolar que incentivem a permanência dos profissionais.

3. GESTÃO DEMOCRÁTICA E AUTONOMIA ESCOLAR

Construção Participativa:

- Garantir a elaboração dos Projetos Político-Pedagógicos (PPP) com a participação de todos os segmentos da comunidade escolar.

Gestão Ética e Transparente:

- Assegurar que os gestores escolares atuem de forma ética e participativa, com transparência na administração dos recursos e na prestação de contas.

Fortalecimento de Instâncias Colegiadas:

- Garantir a efetivação da gestão democrática, assegurando repasse de recursos e apoio ao funcionamento de conselhos escolares, grêmios estudantis, associações e fóruns.

Clima Escolar:

- Fortalecer e ampliar as equipes de Clima Escolar, garantindo a participação de diversos setores e presença contínua nas escolas.

4. INTEGRAÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO BÁSICA E ENSINO SUPERIOR

Parceria de Mão Dupla:

- Estabelecer parcerias em que a educação básica também contribua com a academia, promovendo intercâmbio e valorização mútua.

EIXO VII – VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA E GESTÃO DEMOCRÁTICA

A) AVALIAÇÃO DAS METAS DO PME (2016–2026)

1. FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA

Meta 15 – Formação Inicial:

- Meta parcialmente atingida: a RME-BH apresenta 83% dos profissionais da educação infantil com formação superior adequada em 2024 (contra 59% em 2014).
- Persiste percentual significativo de professores atuando em disciplinas fora de sua área de formação.
- Há 0,4% de profissionais sem ensino superior exigido.

Meta 16 – Formação Continuada e Pós-Graduação:

- Atingiu apenas 50%, com oferta de formações que nem sempre contemplam todos os profissionais.
- Houve queda no percentual de docentes com pós-graduação entre 2015 e 2019, com recuperação a partir de 2019, impulsionada pela EAD e mudanças no plano de carreira.
- Baixa adesão às formações devido à falta de tempo, sobrecarga de trabalho e dificuldade de realizá-las no horário de planejamento.
- É necessário criar estímulos no plano de carreira, como licença remunerada para mestrado e doutorado e majoração de níveis.

2. VALORIZAÇÃO SALARIAL E PLANO DE CARREIRA

Meta 17 – Valorização dos Professores:

- Avanço insuficiente, não atingindo a equiparação salarial com outras carreiras de nível superior da PBH.
- Docentes da RME-BH têm diferença remuneratória de pelo menos 21% em relação a outras carreiras de nível superior.
- Há achatamento salarial entre níveis médio e superior.
- É fundamental assegurar o pagamento integral do Piso Nacional do Magistério para carga horária de 22h30 desde o primeiro nível da carreira, e não baseado em 40h.

Meta 18 – Plano de Carreira:

- O plano existe, mas necessita de melhorias, especialmente na Rede Parceira.
- Profissionais com pós-graduação, mestrado ou doutorado não ingressam em nível condizente com sua formação.
- Persistem diferenças salariais injustas entre funções equivalentes (ex.: bibliotecários seniores e plenos).
- Sugere-se reduzir o interstício para progressão (para dois anos) e criar incentivos para mestrado (avanço de três níveis) e doutorado (avanço de quatro níveis).

3. GESTÃO DEMOCRÁTICA

Meta 19 – Gestão Democrática:

- Já assegurada na PBH por meio de direções eleitas, mas ainda frágil na Rede Parceira.
- Grêmios estudantis e associações de pais e mestres não estão implementados em todas as escolas.
- É necessário fortalecer o Colegiado Escolar, as Assembleias e os Grêmios, garantindo recursos para seu funcionamento.
- Deve-se promover formação continuada para gestores e membros dos colegiados.

4. CONDIÇÕES DE TRABALHO E SAÚDE DOCENTE

Absenteísmo e Adoecimento:

- O alto índice de absenteísmo está ligado ao adoecimento da categoria, causado pela falta de valorização, baixos salários e sobrecarga.
- Muitos professores acumulam dois cargos para complementar a renda.

Quadro de Pessoal e Alocação:

- O quadro de professores é considerado suficiente, mas a multiplicidade de projetos (PIP, AEE, FICA) reduz a disponibilidade para cobrir licenças.
- É necessária maior coordenação da prefeitura na criação de projetos e análise do quadro docente.
- Sugere-se a criação de um banco de reserva técnica (doras) para auxiliar escolas em casos de licença.

5. PROPOSTAS E ESTRATÉGIAS

Autonomia e Jornada:

- Garantir autonomia escolar para organizar a jornada extra-classe (7 horas semanais).

Recomposição Salarial:

- Garantir recomposição anual de acordo com o piso, independentemente da jornada, e corrigir perdas acumuladas desde 2004.

Formação em Serviço:

- Viabilizar condições para que professores realizem especializações, mestrado e doutorado dentro da jornada de trabalho, em parceria com instituições de ensino superior.

Fortalecimento da Democracia:

- Estimular a participação comunitária, reservar tempos no calendário escolar para instâncias democráticas e atualizar o PPP de forma participativa.

B) OBJETIVOS, METAS E ESTRATÉGIAS DO NOVO PNE (2024–2034)

1. VALORIZAÇÃO SALARIAL E PLANO DE CARREIRA

Reestruturação da Carreira:

- Corrigir a Lei 11.381/2022 para reorganizar a tabela salarial, eliminando níveis “mortos” abaixo do nível 8 e iniciando o primeiro nível com posicionamento adequado.
- Garantir que profissionais ingressem na rede com nível correspondente à sua formação (pós-graduação, mestrado ou doutorado).

Remuneração:

- Assegurar pagamento integral do Piso Nacional do Magistério para 22h30 em todos os níveis da carreira, desde o ingresso.
- Garantir recomposição anual de acordo com o piso nacional, independentemente da jornada.
- Corrigir monetariamente perdas salariais de 2004–2022 e incluí-las no cálculo de aposentadorias e progressões.

2. AUTONOMIA E CONDIÇÕES DE TRABALHO

Jornada Docente:

- Assegurar autonomia às escolas para organizar jornada extraclasse (7 horas semanais), excluindo o recreio.
- Permitir acréscimo de até 16 aulas semanais para professores efetivos que assumirem aulas de extensão.

Direito de Cátedra:

- Garantir a liberdade de cátedra e rejeitar qualquer tentativa de censura no ambiente escolar.

3. FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL

Formação Continuada:

- Fomentar cursos de formação continuada por meio do CAPE.
- Garantir formação específica para gestores, gerentes regionais e técnicos da SMED.
- Estabelecer parcerias com universidades públicas para formações durante o expediente.

Incentivos à Pós-Graduação:

- Rever e ampliar critérios de liberação para mestrado e doutorado (recursos, períodos, vagas).
- Criar progressões de três níveis para mestrado e quatro para doutorado.
- Oferecer licença remunerada para cursos de pós-graduação stricto sensu.

4. GESTÃO DEMOCRÁTICA

Processos Eleitorais:

- Garantir eleições democráticas, secretas e universais para direções escolares, com limite de mandatos.
- Melhorar divulgação das pré-conferências e processos eleitorais.

Instâncias Participativas:

- Fortalecer o funcionamento de Colegiados, Assembleias e Grêmios como instâncias deliberativas.
- Promover formação continuada para conselhos escolares.
- Retomar e fortalecer o Fórum Família-Escola.

Transparência e Recursos:

- Assegurar descentralização financeira e maior autonomia das escolas.
- Garantir transparência na gestão dos recursos e repasse para instâncias colegiadas.

5. PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

Concursos Públicos:

- Realizar concursos com maior periodicidade e incluir todos os segmentos (cantineiras, limpeza, apoio, etc.) nos planos de carreira.

Valorização dos Profissionais:

- Transformar o projeto PAS em política pública com concurso e plano de carreira.
- Instituir benefícios para profissionais da Educação Infantil da Rede Parceira (vale-refeição, convênio médico).
- Reconhecer professores da Educação Infantil da Rede Parceira conforme a Classificação Brasileira de Ocupações.

6. OUTRAS ESTRATÉGIAS

Segurança:

- Implementar ações que garantam a segurança dos profissionais.

Relações Interinstitucionais:

- Melhorar relações com outras redes para liberação de cargos comissionados.

Redução de Turmas:

- Diminuir gradualmente o número de alunos por turma para aprimorar o processo de ensino-aprendizagem.

EIXO VIII – FINANCIAMENTO E INFRAESTRUTURA DA EDUCAÇÃO BÁSICA

A) AVALIAÇÃO DAS METAS DO PME (2016–2026)

1. DIAGNÓSTICO DO FINANCIAMENTO

Meta Não Atingida:

- A Meta 20, referente ao investimento público em educação, não foi alcançada, permanecendo em aproximadamente 5,5% do PIB — abaixo dos 7% previstos para 2019 e dos 10% para 2024 pelo PNE.

Aplicação do Mínimo Constitucional:

- O município cumpriu a aplicação de 25% da receita na educação (26,27% em 2023 e 25,69% em 2024), embora tenha ocorrido redução em relação à arrecadação do ROT.

Falta de Transparência:

- Há pouca clareza e detalhamento nos gastos públicos, especialmente na prestação de contas do FUNDEB, dificultando o controle social.

Falta de Planejamento:

- Os recursos não são planejados nem administrados conforme as reais necessidades das instituições escolares.

2. GESTÃO DE RECURSOS E INFRAESTRUTURA

CAQ Não Aplicado:

- As metas relacionadas ao Custo Aluno Qualidade (CAQ) não foram alcançadas.

Problemas na Compra de Materiais:

- Itens comprados pela PBH apresentam qualidade apenas mínima, sem padronização adequada.
- Falta transparência comparativa dos valores gastos ao longo dos anos.

Falta de Controle Interno:

- Ocorre desperdício de materiais devido à ausência de controle de almoxarifados e de profissionais específicos para gestão de recursos.

Falta de Manutenção de Estrutura:

- A extinção da Centralidade e de seu almoxarifado impactou negativamente o funcionamento das escolas.

3. REDE PARCEIRA E FILANTROPIA

Dificuldades Burocráticas e Financeiras:

- A rede parceira enfrenta entraves administrativos, atrasos em repasses e desafios na aplicação da Lei 14.133/2021 (Licitações).

Falta de Apoio e Orientação:

- A PBH não oferece suporte adequado na gestão documental e financeira às unidades parceiras, nem diferencia a filantropia de outras entidades.

Imposição de Planos de Trabalho:

- Os Planos de Trabalho das creches parceiras são enviados prontos pela Secretaria de Educação, sem discussão prévia com as unidades.

4. PROPOSTAS E ESTRATÉGIAS

Aumento Progressivo do Investimento:

- Elevar o investimento em 1 ponto percentual ao ano, partindo de 5%, para atingir 7% do PIB no segundo ano de vigência do novo plano e 10% a partir do quinto ano.

Prioridade ao Financiamento Público:

- Garantir que o investimento seja 100% destinado à educação pública.

Transparência e Controle Social:

- Aprimorar os instrumentos de gestão, acompanhamento e monitoramento das metas do PME.
- Tornar os dados de gastos acessíveis e compreensíveis, detalhando valores por etapa de ensino.
- Informar nos cadernos da pré-conferência os valores do CAQ definidos pelo governo federal e aplicados pelo município.

Infraestrutura e Equidade:

- Criar critérios de avaliação da qualidade do uso da infraestrutura escolar, com profissionais qualificados.
- Promover ações para reduzir desigualdades e valorizar os profissionais.

- Adotar inovações tecnológicas e práticas sustentáveis para reduzir custos e preservar o meio ambiente.

B) OBJETIVOS, METAS E ESTRATÉGIAS DO NOVO PNE (2024–2034)

1. AMPLIAÇÃO DO INVESTIMENTO PÚBLICO

- Elevar o investimento municipal em educação para, no mínimo, 30% dos recursos do tesouro municipal.
- Estabelecer aumento progressivo de 1 ponto percentual ao ano sobre o PIB, partindo de 5%, até atingir 7% no segundo ano do plano e 10% a partir do quinto ano.
- Assegurar que o investimento público seja destinado exclusivamente à rede pública de ensino.

2. GESTÃO TRANSPARENTE E CONTROLE SOCIAL

- Aprimorar o controle interno, externo e social sobre o uso dos recursos públicos.
- Garantir publicização periódica e transparente dos gastos, com acesso público facilitado.
- Fomentar a participação de todos os segmentos escolares e da sociedade nos órgãos de controle.
- Assegurar transparência na relação entre recursos empenhados e resultados obtidos na qualidade do ensino.

3. FORTALECIMENTO DO FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

- Aperfeiçoar o mecanismo redistributivo do FUNDEB, priorizando a equidade e não apenas o desempenho (IDEB).
- Utilizar o CAQ como referência para o financiamento, considerando as especificidades territoriais.
- Criar índices de distribuição de recursos para cada escola, baseados em indicadores como CADÚnico, IDH e vulnerabilidades socioeconômicas, raciais e regionais.
- Buscar novas fontes de financiamento, como receitas oriundas da exploração de petróleo e gás natural.

4. VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

- Garantir pagamento do piso salarial nacional no primeiro nível da carreira para todos os profissionais.
- Manter e aprimorar o plano de carreira como instrumento de valorização permanente.
- Destinar recursos do FUNDEB para reajustes salariais, evitando o uso para políticas de abono.
- Valorizar profissionais da rede parceira, garantindo piso e reconhecimento de todos os cargos.

5. EQUIDADE NA DISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS

- Assegurar condições equitativas de financiamento entre rede própria e parceira, conforme a realidade de cada unidade.
- Criar programas adicionais de financiamento para escolas com maior número de:
 - Estudantes com deficiência;
 - Estudantes em situação de vulnerabilidade social;
 - Estudantes de comunidades quilombolas e indígenas.
- Criar programa específico para educação bilíngue (LIBRAS), com recursos para pessoal, formação e material didático.

6. GESTÃO DESCENTRALIZADA E EFICIENTE

- Descentralizar recursos financeiros para atender demandas socioculturais específicas das escolas.
- Retomar a Centralidade com almoxarifado, agilizando o atendimento às unidades escolares.
- Aprimorar o diálogo com direções escolares para garantir material de qualidade.
- Estabelecer previsibilidade orçamentária anual e canais de comunicação eficientes entre escolas e a administração central.

7. TRANSIÇÃO E FORTALECIMENTO DA REDE PÚBLICA

- Construir processo de transição de dez anos para as creches parceiras, com gestão compartilhada das comunitárias e

laicas.

- Encerrar gradualmente a política de terceirização nos serviços públicos de educação durante o período de transição.
- Assegurar o fim da transferência de recursos públicos para OSCs e entidades privadas, excetuando as Caixas Escolares.

Organização

Conselho Municipal de Educação de Belo Horizonte
Fórum Municipal Permanente de Educação de Belo Horizonte
Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte



EDUCAÇÃO



**MINAS
GERAIS**

GOVERNO
DIFERENTE.
ESTADO
EFICIENTE.

